

A política de acesso às gravuras do Vale do Côa e o *merchandizing* Vale do Côa

Este documento não pretende ser uma comunicação detalhada e exaustiva de todas as valências do Parque Arqueológico do Vale do Côa, antes pelo contrário, e como solicitado, pretende discorrer sobre a experiência adquirida com a política de acesso às gravuras do Vale do Côa, e o os produtos de *merchandizing* Vale do Côa.

Todavia e tendo em conta que o curso “Gestión del patrimonio arqueológico” é vocacionado para arqueólogos, achamos pertinente, incluir um pequeno historial da polémica gerada em torno das gravuras do Vale do Côa.

Deste modo, o documento, tal como a apresentação, está dividido em três partes distintas:

1. Historial da polémica gerada em torno das gravuras do Vale do Côa
 - a) A descoberta
 - b) O combate
 - c) A criação do Parque Arqueológico Vale do Côa e a classificação como património mundial pela UNESCO
2. A política de acesso às gravuras
3. Os produtos de *merchandizing* Vale do Côa

1 - Historial da polémica gerada em torno das gravuras do Vale do Côa

O Vale do Côa está situado na região interior norte de Portugal e é uma região com insuficiência de meios e de estruturas. A barragem de Foz Côa era considerada como o meio de aceder ao progresso.

Contudo, um novo recurso surgiu, sob a forma de património arqueológico, recurso no qual o Governo apostou para a sustentação do almejado progresso.

Efectivamente, esta região possui não só património arqueológico de inegável valor, mas também património histórico, desde vestígios romanos a medievais, possui ainda recursos paisagísticos, potencialidades termais e uma realidade económica baseada na produção de vinho de qualidade e de outros produtos agrícolas como o azeite e a amêndoa. São estes os recursos que deveriam ser potenciados, caso se introduzam melhoramentos que viabilizem novas actividades económicas e sociais.

a) A descoberta ¹

Desde os anos 60 que se tem vindo a desenvolver um complexo projecto de aproveitamento hidroeléctrico do Rio Douro. Para além da necessidade de electricidade, um dos grandes problemas com que Portugal se debate hoje em

¹ Texto elaborado pelo arqueólogo do PAVC, Dr. Luis Luís.

dia, e que terá tendência a se agravar, é a falta de água. Toda a zona raiana tem vindo a sofrer um processo de desertificação, e os principais cursos de água portugueses têm origem em Espanha, tornando-nos dependentes deste país em termos de água.

Foi pois no desenvolvimento do projecto referido, e tendo em conta estas necessidades nacionais que se construiu a barragem do Pocinho no Rio Douro em 1983, o que fez subir o nível da água em cerca de 12 metros na foz do Rio Côa. Em 1991 decidiu-se a construção da barragem de Vila Nova de Foz Côa. Tratava-se de um grande empreendimento, de elevados custos, que iria inundar grande parte do curso inferior do rio.

Iniciou-se então um estudo de impacto ambiental, no decorrer do qual se detectaram alguns sítios arqueológicos, e se descobriu a primeira rocha gravada no vale do Côa no Verão de 1991. A rocha 1 da Canada do Inferno. Este achado não foi então revelado, e as obras iniciaram-se entretanto. Dois anos depois, no final do verão de 1993, aquando do abaixamento do nível das águas da foz do Côa para efectuar algumas obras necessárias à construção da barragem é que se descobriu um número surpreendente de gravuras na mesma Canada do Inferno, fundamentalmente paleolíticas, mas também contemporâneas.



Rocha 1
Canada do Inferno

No entanto esta informação só foi publicitada em Novembro de 1994. De certa maneira procurava-se impor a política do facto consumado. Estando já a barragem em construção, e tendo-se já gasto alguns milhões de contos, nada faria parar a obra.

Contudo a divulgação destes achados levou à descoberta de muitos mais sítios e muitas mais gravuras paleolíticas, e conduziu à formação de uma importante corrente de opinião que levantou a polémica da preservação das gravuras.

b) O combate ²

Com a divulgação das gravuras colocou-se um dilema radical, ou a barragem ou a preservação das gravuras. Do lado dos defensores da barragem a EDP, empresa responsável pela construção da barragem e pela distribuição eléctrica em Portugal. Esta empresa contava com alguns argumentos de peso: a soma já investida na construção, argumento da necessidade da electricidade e da água, e alguma incerteza quanto à cronologia das gravuras por parte de uma parte da comunidade científica.

Até então a arte paleolítica era uma quase exclusivo do interior das grutas, não se valorizando suficientemente os exemplos de arte paleolítica ao ar livre conhecidos. Tratando-se de gravuras, este tipo de arte não se podia datar

² Texto elaborado pelo arqueólogo do PAVC, Dr. Luís Luís.

directamente pelo método do carbono 14. A EDP contratou então dois especialistas, Robert Bednarik e Alan Watchman, que vinham desenvolvendo métodos de experimentais de datação directa em rocha. Estas datações, feitas à revelia da comunidade científica portuguesa, tiveram resultados surpreendentes, datando as gravuras de apenas há 100 anos atrás. Estes resultados foram entretanto contrariados cientificamente (Zilhão, 1995, Dorn 1997 e Phillips et al., 1997) e um dos autores chegou mesmo a reconhecer o erro que cometera (Watchman, 1996).

O governo de então mostrava-se indeciso, embora nunca tivesse posto em causa a construção da barragem. Por isso, e uma vez provada a cronologia paleolítica das gravuras, procurava conciliar a construção da barragem com a preservação das gravuras, quer através da remoção das rochas gravadas e criação de um parque temático, quer pela simples submersão das gravuras. Ambas as soluções foram vivamente contestadas pela comunidade científica. A remoção das rochas provocaria a fractura da sua maioria e mesmo que se conseguissem remover todos os painéis, perder-se-ia uma enorme quantidade de informação no que diz respeito à distribuição espacial das rochas gravadas, ou ao seu contexto arqueológico. A inundação das gravuras, que muitos julgavam favorecer a protecção das gravuras teria um efeito contrário, como o provam algumas das gravuras da Canada do Inferno submersas à menos de 20 anos, e privaria o estudo e usufruto de tão valioso património.

Do lado dos defensores da preservação estava evidentemente a comunidade científica portuguesa, auxiliada pelos colegas estrangeiros, os partidos políticos da oposição e uma parte significativa da opinião pública portuguesa motivada por uma importante campanha de informação levada a cabo pelos jornais portugueses.

Desenvolveu-se um importante conjunto de iniciativas com vista a pressionar as autoridades responsáveis, até mesmo uma greve de fome em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, monumento nacional, em que diariamente uma personalidade da cultura ou da política se abstinha de comer.

Em Vila Nova de Foz Côa os sentimentos eram contraditórios. A autarquia e grande parte da população defendia a construção da barragem, usando como argumento a criação de emprego e o desenvolvimento económico. Esses argumentos eram falaciosos, pois se a construção da barragem necessitaria de uma grande número de trabalhadores, na sua maioria vindos de fora, uma vez construída ela funciona com um número mínimo de funcionário. A verdadeira razão encontrava-se na compra dos terrenos inundados pela EDP e na renda que esta passaria a pagar pela inundação de bens públicos (por exemplo caminhos) à Câmara Municipal.

Apesar disto um dos mais significativos movimentos de apoio às gravuras foi criado pelos alunos da escola local que, imitando uma canção rap popular na altura, criaram um slogan que se tornou célebre "as gravuras não sabem nadar".

c) A criação do Parque Arqueológico Vale do Côa e a classificação como património mundial pela UNESCO

Em Outubro de 1995 é eleito um novo governo que já anteriormente se havia comprometido com a preservação das gravuras. Logo após ter tomado posse o novo governo e respectivo ministro da cultura - algo que no governo anterior não existia, estando a cultura remetida a uma secretaria de estado - tomaram a decisão de limitar os trabalhos de construção da barragem, que continuavam a um ritmo acelerado e deu ordens para que se elaborasse um relatório que avaliasse a importância dos vestígios arqueológicos do Vale do Côa (R.C.M. nº4/96 de 28 de Dezembro). Esse relatório foi elaborado durante todo o ano de 1996 e apresentado um ano depois.

A 22 de Março de 1996, saiu a R.C.M. 42/96, para dar corpo ao objectivo de desenvolvimento social e económico articulado e integrado da região, o governo lançou o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa - PROCÔA - que visava sobretudo criar condições para o desenvolvimento socio-económico, a partir do aproveitamento cultural, educativo e turístico do património arqueológico e histórico do Vale do Côa. O Primeiro objectivo e intervenção estruturante foi a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Com a aprovação da Lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia - Decreto Lei 117/97 de 14 de Maio - que para a prossecução das suas atribuições cria o PAVC (Artigo 9.º alínea d) que tem por função gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública os monumentos incluídos na sua zona especial de protecção (Artigo 13.º), tornando-se no primeiro, e até ao momento único, parque arqueológico português.

A 2 de Julho de 1997 (Decreto n.º 32/97) foram classificados como monumento nacional o conjunto de sítios conhecidos até então do Vale do Rio Côa, incluindo os núcleos de arte rupestre, mas também um sítio de habitat entretanto começado a investigar.

Na sua 22.ª Sessão realizada em Kyoto (Japão) em 5 de Dezembro de 1998, o Comité do Património Mundial da UNESCO reconheceu a importância cultural das gravuras rupestres do Vale do Côa tendo-as integrado na lista de sítios classificados como património mundial, uma resolução que surpreendeu pela sua rapidez. Critério C (i) a arte rupestre do paleolítico superior do Vale do Côa como marcante exemplo do génio criativo e do desenvolvimento cultural humano; Critério C (iii) - a arte rupestre do Vale do Côa clarifica a vivência social, económica e espiritual das formas de vida ancestrais da Humanidade de uma maneira excepcional.

2 – A política de acesso às gravuras

O esquema de organização das visitas decorre da filosofia de preservação subjacente à criação do Parque de um modo racional e sustentado. Houve desde logo a preocupação de “pensar” para esta área de destino turístico uma base conceptual que permitisse medir e organizar a integração do desenvolvimento do turismo com as condições e restrições ambientais e patrimoniais.

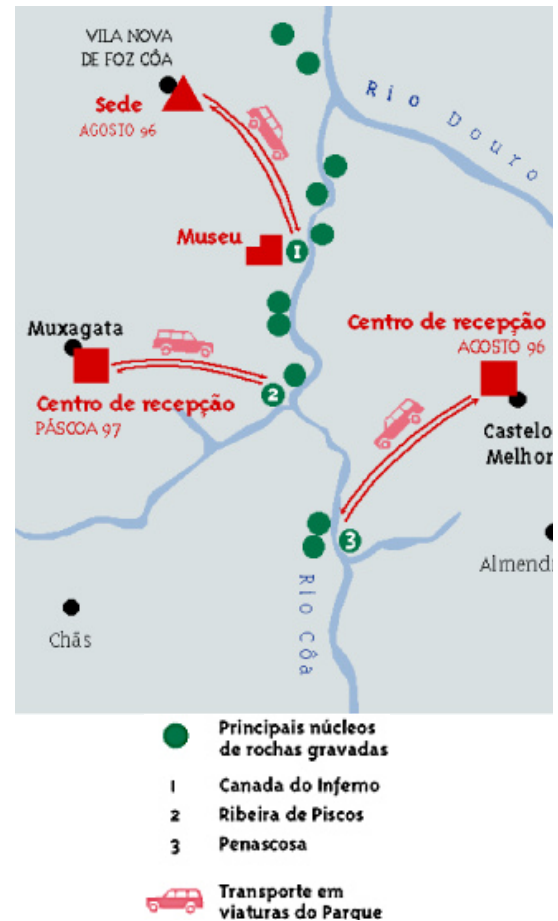
A íntima relação entre área de destino e produto turístico obriga à consideração de um processo de planeamento, onde os aspectos ambientais e socio-económicos deverão estar presentes através do conceito de capacidade de carga.

A direcção do PAVC apostou fortemente na oferta de um produto cultural de elevada qualidade, impondo para tal uma **política de acesso** às gravuras rupestres nos núcleos visitáveis.

Essa política foi assente num conjunto de preocupações, tais como as condições de acesso, a necessidade de preservação, a natureza dos monumentos, os princípios da sua conservação, o equilíbrio natural dos ecossistemas, entre outras.

A política de acesso aos núcleo visitáveis está baseada nos seguintes pressupostos:

- Três núcleos de gravuras visitáveis, Canada do Inferno, Penascosa e Ribeira de Piscos;
- As visitas partem da sede do PAVC em Vila Nova de Foz Côa e de dois Centros de Recepção, um em Castelo Melhor e o outro em Muxagata;
- O Parque Arqueológico organiza quatro tipos de visitas aos núcleos com arte rupestre :
 - Visita individual ou de pequeno grupo - 1 a 8 pessoas;
 - Visita de grupo - 8 a 24 pessoas;
 - Visita grupo alargado - 25 a 56 pessoas;
 - Visitas escolares - até 56 estudantes;
 - Visita de bicicleta BTT, mínimo de 10 – federados;
- Havendo um grande trabalho de logística, torna-se necessário que os visitantes contactem previamente o Parque Arqueológico de modo a obterem



informações para efectuarem a sua reserva, podendo utilizar os seguintes meios:

- telefone: 351 - 279 768 260/1
- fax: 351 - 279 768 270
- email: visitas.pavc@ipa.min-cultura.pt
- www: <http://silex.ipa.min-cultura.pt/pavc>

- Cada visita completa depende do núcleo em causa e possui em média uma duração que varia entre 1h30m e 2h30m;
- Os horários são fixos mas sazonais, devido às condições de luminosidade natural;
- Efectuam-se visitas durante todo o ano e todos os dias da semana com excepção da segunda-feira, dia em que os serviços de visita do Parque estão fechados ao público;
- Em conformidade com a legislação em vigor não pode o Parque Arqueológico permitir o transporte de crianças com idade não superior a 3 anos nos veículos todo-o-terreno;
- Partindo dos Centros de Recepção, a visita é guiada, sendo o visitante transportado em veículo todo-o-terreno do Parque Arqueológico, conduzido por um guia especializado do Parque, que acompanha e orienta os visitantes durante todo o percurso;
- Cada grupo possui no máximo 8 visitantes e 1 guia/interprete/motorista, assegurando-se assim que os visitantes recebem auxílio na observação e compreensão da arte rupestre, bem como da paisagem natural envolvente que inspirou os artistas do paleolítico;
- Para os visitantes que aguardam a sua vez, encontram-se disponíveis nos centros de recepção computadores com as páginas de internet alusivas às gravuras do Vale do Côa para além de lavabos e de serviço de cafetaria, e vendas;
- Nos núcleos não existem placas ou grandes painéis interpretativos, havendo somente para além do auxílio do guia, pequenas capas em formato A4, com fichas de cada rocha. Cada ficha contém fotografias, desenhos e esquemas interpretativos e estão à venda nos Centros de Recepção;
- Cada núcleo de arte rupestre teve o mínimo de intervenção humana possível, incluindo os acessos – caminhos vicinais - que não deverão ser infraestruturados, constituindo assim uma primeira barreira ao filtro ao acesso livre às gravuras;



Sede do PAVC. Recepção e serviço de marcação de visitas.

Foram estes os pressupostos mais significativos que originaram a política de acesso implementada nos núcleos de arte rupestre visitáveis do PAVC.

Desde de que o PAVC abriu ao público com visitas organizadas a 10 de Agosto de 1996, conseguiu atrair desde então, um fluxo de cerca de 25.000 visitantes/ano a esta região. Volvidos 6 anos, é com facilidade que se constata que a opção de definir a capacidade de carga quanto ao número de visitantes, se revelou a opção mais acertada.

3 – Os produtos de *merchandizing* Vale do Côa

O Instituto Português de Arqueologia - IPA - registou a marca Vale do Côa, sendo conjuntamente com o Parque Arqueológico da Vale do Côa - PAVC - as únicas entidades a poderem utilizar esta marca.

Os produtos com a marca Vale do Côa são somente comercializados pelo Ministério da Cultura de Portugal, pelo IPA e nos três locais de venda ao público existentes no PAVC. Para além destes locais, só pontualmente alguns produtos estão disponíveis noutros locais no âmbito de parcerias e/ou protocolos com outras empresas e/ou instituições.

Sendo o PAVC uma instituição pública recente, houve desde logo a necessidade de se efectuar uma normalização para a correcta utilização e aplicação da imagem gráfica.

Foi contratada uma equipa de *designers* que apresentou a sua proposta para a normalização gráfica, não só para a marca como para o logotipo do PAVC.

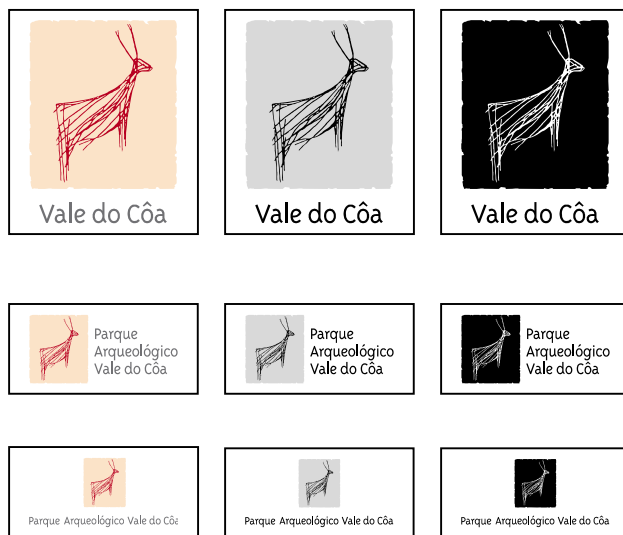
A imagem gráfica é composta por um símbolo, logotipo, cores e proporções cujo rigor devem ser respeitados, usando determinadas indicações e especificações. O símbolo representa um cervídeo e foi baseado numa gravura existente no Vale do Côa, a Rocha 14 da Canada do Inferno, datada do Solutrense Superior ou Magdalenense Antigo.

A técnica utilizada é a incisão filiforme com preenchimento a traço múltiplo, gravado estriado.

Recebendo o Parque Arqueológico uma grande quantidade de visitantes, ávidos de lembranças, decidiu-se disponibilizar nos postos de venda um conjunto de produtos. Esse conjunto de produtos submetido a uma estratégia de oferta de alta qualidade e associados naturalmente à imagem de marca do Parque.

Definiram-se os produtos para venda e uma equipa iniciou os primeiros esboços e apresentou também outras propostas para produtos que considerassem vendáveis.

Anualmente há lugar ao lançamento de duas colecções de produtos distintas, a colecção de verão e a colecção de inverno, sendo necessários cerca de 6 meses



sentido: designers

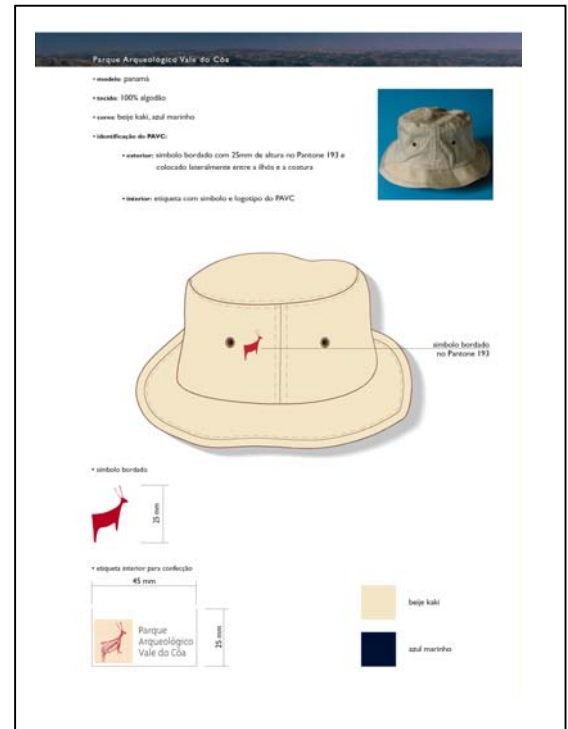
Rua Pe. Francisco Álvares, 8 - 1º Dtº
1500-478 Lisboa Portugal
telf. +351 217 783 422
fax. +351 217 740 086
e-mail: sentido@mail.telepac.pt

desde que surge a ideia inicial até ao produto final, já disponível nos locais de venda .

Através de contactos telefónicos e via email trocam-se então ideias e impressões de modo a afinar produtos. Quando este processo já se encontra concluído, a equipa de designers fornece ao PAVC a ficha do produto onde se estabelecem as dimensões, cores, materiais a utilizar, etc.

Quando a direcção do Parque decide que produtos se vão produzir e em que quantidades, mediante a disponibilidade financeira, convoca uma reunião, na qual estão presentes os designers e diversas empresas que irão elaborar os produtos pretendidos.

As empresas são convidadas e posteriormente apresentarão orçamentos para a elaboração dos produtos. O PAVC faz a análise das propostas, escolhe o fornecedor e informa a equipa de designers da empresa escolhida.



A empresa escolhida desde logo é informada que terá que produzir um protótipo de cada produto e remetê-lo aos designers de modo a que estes efectuem o controlo de qualidade. Se este se encontrar dentro das especificações, então é desencadeada a ordem para que se inicie a produção.

É ainda acordado entre o Parque e a empresa que só poderão ser fabricadas as quantidades pré-definidas, responsabilizando-se a empresa por qualquer defeito de fabrico, e caso tal aconteça, terá que destruir os stocks mal elaborados e fabricar novamente o produto de acordo com as especificações da ficha de produto.

Os artigos disponíveis nos postos de venda do PAVC estão divididos em cinco diferentes famílias:

- as porcelanas;
- o vestuário;
- as publicações;
- artigos diversos;
- os produtos regionais.

Iremos abordar somente duas, as porcelanas e os produtos regionais. A listagem dos produtos que se encontram disponíveis nas lojas do PAVC poderá ser encontrada em anexo.

As porcelanas

Sempre com a premissa de padrões de elevada qualidade nos seus produtos, procurou o PAVC associar-se a empresas de renome internacional, cuja excelência da sua imagem de marca é sobejamente reconhecida.

Um dos exemplos é a associação do PAVC com o grupo Vista Alegre, fundada em 1824 por alvará régio, sob a designação de "Ferreira Pinto & Filhos", dedicando-se na altura ao "fabrico de porcelana, vidros e processos químicos". O grupo além de líder de mercado em Portugal, é sinónimo de excelência e inigualável qualidade.

Nesta associação produziram-se peças exclusivas de porcelana com motivos alusivos a réplicas de gravuras existentes no Vale do Côa, com chancela simultânea Vista Alegre e Vale do Côa.



22,5€

12,5€



10 €

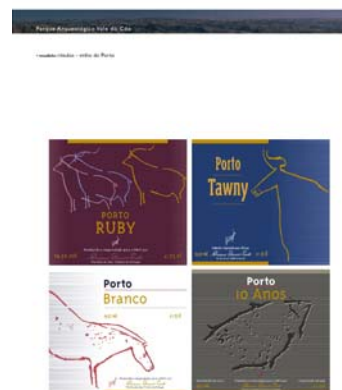
Os produtos regionais

Estando o Parque Arqueológico inserido numa região predominantemente agrícola, pretendeu o PAVC chamar à atenção dos visitantes da riqueza dos produtos agrícolas locais, não numa perspectiva concorrencial com os produtores locais, uma vez que os preços praticados pelo PAVC com estes produtos são deliberadamente considerados de certo modo elevados, mas sim para induzir os visitantes a adquirir esses mesmos produtos na região. Exemplos disso são o azeite, o vinho do Porto e está na calha a venda de mel.



Mais uma vez o PAVC associou-se à famosa empresa Ramos Pinto (vinhos) S.A. para a rotolagem de diferentes tipos de Vinho do Porto, também com chancela mútua. O PAVC comercializa quatro tipos de vinho do porto:

- Fine White 6 €
- Fine Ruby 6 €
- Fine Tawny 6 €
- 10 anos 15 €



No que diz respeito ao azeite, ocorreu nova associação, mas desta feita com a empresa Casa Agrícola Reboredo Madeira Lda, com sede em Almendra, Vila Nova de Foz Côa.

O PAVC disponibiliza assim embalagens de 1/2L de azeite biológico, com 0,1º de acidez, por 7,5€. Este azeite obteve diversos primeiros prémios nacionais e internacionais.



O mel será o próximo produto a disponibilizar de entre os produtos regionais. Trata-se de mel biológico produzido na área do Parque Arqueológico, estando já definidas as quantidades, o tipo de embalagem e inclusivamente os rótulos.



Outubro de 2001
Parque Arqueológico do Vale do Côa
Fernando Pau-Preto
Telefone - 351 279 768 260
pavc@ipa.min-cultura.pt

Bibliografia

Luís, Luís, Patrimoine Archéologique et politique dans la Vallée du Côa au Portugal, Les nouvelles de l'archéologie nº82, France, 2000

Zilhão, João, The rock art of the Côa Valley, Portugal - Significance, conservation and management, Conservation and management of archaeological sites, Vol. 2 Number 4, James & James (Science publishers) Lda, UK, 1998

Pinto, F. Maia, e Lima A. Pinto, O Parque Arqueológico do Vale do Côa, Revista Espaços, 2001

Anexo

Listagem dos produtos que se encontram disponíveis nas lojas do Parque Arqueológico:

Artigos

Porcelanas	Cinzeiros "Vista Alegre" - grandes Cinzeiros "Vista Alegre" - pequenos Chávenas "Vista Alegre" Copos
------------	---

Vestuário	Botas Couro Botas Lona Camisas Homem Camisas Senhora Chapéus Panamá Chapéus Panamá's com bolso Coletes Impermeáveis Impermeáveis Grossos Polo Rugby c/ gola ganga 11/12 Polo Rugby c/ gola ganga 9/10 Polo Rugby c/ gola ganga L Polo Rugby c/ gola ganga XL Pólos - Tam S - XL Pólos - Tam. 4 - 12 Sacos de Algodão Sweat Shirt Pain Droit L Sweat Shirt Pain Droit S Sweat Shirt Pain Droit M Sweat Shirt Pain Droit 11/12 Sweat Shirt Pain Droit 9/10 Sweat Shirt Pain Droit XL Tshirt nº 11/12 Tshirt nº 5/6 Tshirt nº 7/8 Tshirt nº 9/10 Tshirt nº L Tshirt nº M Tshirt nº S Tshirt nº XL Tshirt's Nºs M e L (Congresso)
-----------	--

Artigos

Promocionais diversos	Autocolantes Grandes Autocolantes Médios Autocolantes Pequenos Cartaz Azul Cartaz Branco Colecção Postais JPSM Vale do Côa Lápis Pedras polidas Pedras rugosas Pin's Postais (Colecção) c/ Carteira Postais (Colecção) s/ Carteira Postais Unidade Sacos papel (Oferta) Slides
-----------------------	--

Produtos regionais	Azeite Extravirgem "CARM" - 0,1º Acidez Vinho do Porto "Ramos Pinto"- Fine Ruby Vinho do Porto "Ramos Pinto"- Fine Tawny Vinho do Porto "Ramos Pinto"- Fine White Vinho do Porto "Ramos Pinto"- Porto 10 anos
--------------------	---

Publicações	Brochura Francês Brochura Inglês Brochura Português Cadernos Fichas Fichas Unitárias Foz Côa - João Paulo Sotto Mayor No Tempo sem Tempo O Paleotico Sup.da Estre. Port Vol.I e II Relatório " Arte Rup. e Pré-História" Trab. Arque. 10 - Existe uma Idade do Bronze Trab. Arqueo. 11- O Neolítico Final Um lugar mágico - livro infantil
-------------	---